

APRESENTAÇÃO

Elegemos a avaliação na Educação Infantil para o presente número temático porque a consideramos uma problemática que necessita ser discutida e clarificada nas políticas de atendimento de educação da infância.

No Brasil, esta questão, no panorama atual, toma particular relevância. São muitas as tentativas, oficiais ou não, de adoção dos testes padronizados em larga escala. Compreendemos que testes padronizados aplicados em larga escala desrespeitam a evolução ocorrida desde os anos de 1990 em relação ao conceito de infância e criança, ao papel do atendimento institucionalizado destinado a primeira etapa da educação básica e a função da avaliação, conforme pode ser observado na legislação e nos documentos oficiais brasileiros.

O Projeto de Lei nº. 8.035/2010, relativo ao Plano Nacional de Educação 2011-2020, reafirma o dever do Estado com a educação e o direito da criança à Educação Infantil, sendo que a matrícula e a frequência das crianças de 0 a 3 anos (creche) é opção da família, enquanto a das crianças de 4 e 5 anos de idade é obrigatória (pré-escola), em conformidade com a Constituição Federal de 1988, alterada pela Emenda Constitucional nº. 59/2009.

A referida obrigatoriedade não segue em contrário às orientações sobre os modos de produção da avaliação na Educação Infantil. Conforme artigo 31 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - Lei nº. 9.394/1996, “[...] a avaliação na Educação Infantil far-se-á mediante acompanhamento e registro de seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental”.

Igualmente, o texto do volume I do Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (BRASIL, 1998) já anunciava uma concepção e uma função para a avaliação, a saber: a avaliação entendida, prioritariamente, como um conjunto de ações que auxiliam o professor refletir sobre as condições de aprendizagem oferecidas e ajustar sua prática às necessidades colocadas pelas crianças. É um elemento indissociável do processo educativo que possibilita ao professor definir critérios para planejar as atividades e criar situações que gerem avanços na aprendizagem das crianças. Tem como função acompanhar, orientar, regular e redirecionar esse processo como um todo.

A Resolução nº. 5, de 17 de dezembro de 2009, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (BRASIL, 2010), estabelece que as instituições de Educação Infantil têm como uma de suas obrigações recomendarem

procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de selecionar, promover ou classificar, garantindo

[a] observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;

Utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);

A continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);

Documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;

A não retenção das crianças na Educação Infantil (BRASIL, 2010, p. 29).

Neste contexto, a avaliação não poderia ser considerada em separado do projeto pedagógico e curricular específico para a Educação Infantil. Além disso, há que ser analisada no âmbito da identidade desta etapa e da forma como é concebida e trabalhada na formação dos profissionais que exercem a docência com criança entre zero e os 5 anos de idade.

Assim como ocorreu recentemente no Brasil, a preocupação com a avaliação na Educação Infantil é comum em vários países, nomeadamente em Portugal, neste momento em que se discutem as orientações pedagógicas para a creche (crianças com menos de 3 anos) e a revisão das orientações curriculares para o jardim de infância (crianças entre os 3 anos e a idade de entrada na escola obrigatória).

Sendo assim, em continuidade ao fluxo de um trabalho conjunto entre pesquisadores portugueses e brasileiros, neste dossiê são apresentados estudos que procuram analisar as finalidades da avaliação na educação infantil no Brasil e em Portugal. Os mesmos ponderam sobre esta problemática na sua complexidade, considerando a dimensão política, institucional e pedagógica, assim como a forma como a avaliação deve ser abordada na formação das profissionais e dos profissionais da área.

Nesta perspectiva, convidamos o leitor a nos seguir através da leitura dos textos que compõem este número temático na busca do entendimento de possibilidades para o professor de crianças da creche/pré-escola e os responsáveis pelas instituições de Educação Infantil realizarem a avaliação de modo que, no seu campo sejam fecundadas reflexões e ações promotoras da elaboração da identidade desta etapa e do professor da Educação Infantil, no Brasil. Em acréscimo, a esta análise cabe firmar o direito da criança a uma modalidade de atendimento cujas práticas pedagógicas se antepõem à redução da avaliação a mera

quantificação do desenvolvimento e das aprendizagens com a finalidade de padronizá-los. Junte-se a isto nosso alerta ao risco de regressarmos ao preconceito sobre as crianças provenientes das camadas populares.

Partindo desta base apresentamos os artigos que compõem o número temático organizados na seguinte sequência:

Lívia Maria Fraga Vieira contribui com o artigo “Apontamentos sobre o documento ‘Educação Infantil: subsídios para a construção de uma sistemática de avaliação’”. O texto oferece ao leitor uma abordagem do documento oficial “Educação Infantil: subsídios para a construção de uma sistemática de avaliação”, produzido pelo Grupo de Trabalho (GT) de Avaliação da Educação Infantil, instituído pelo Ministério de Educação em dezembro de 2011. Segundo a autora o documento “demarca uma sistemática que enfatiza a avaliação das condições da oferta de creches/pré-escolas numa perspectiva de avaliação democrática, que respeita e protege direitos em contextos de desigualdade e diversidade”.

Na sequência, com base em referenciais teórico-metodológicos bakhtinianos, Valdete Côco e Maria Nilceia de Andrade Vieira apresentam no texto denominado “Contextos e práticas de avaliação na Educação Infantil” que traz dados de uma pesquisa sobre práticas de avaliação na Educação Infantil no estado do Espírito Santo, Brasil. As pesquisadoras enfatizam que a avaliação das crianças, a partir das práticas pedagógicas, deve se basear num protagonismo compartilhado entre crianças e docentes no dia-a-dia das instituições de Educação Infantil.

Os próximos dois artigos que se seguem abordam, também, aspectos que podem contribuir com os desafios das práticas avaliativas na Educação Infantil.

Juliana Pereira Silva e Sonia Cunha Urt escrevem o texto “Educação Infantil e avaliação: uma ação mediadora” com objetivo de oferecer algumas propostas práticas de avaliação na Educação Infantil numa perspectiva de ação mediadora e de maior reflexão. As autoras consideram que tal concepção de avaliação é capaz de incentivar de forma sistemática e consciente o acompanhamento e desenvolvimento da criança.

Larissa Costa Correia e Nadia Aparecida de Souza nos apresentam no artigo “Portfólio na promoção da autoavaliação da aprendizagem: a Educação Infantil sob foco” as limitações e as possibilidades de o portfólio favorecer a autoavaliação para crianças que integram a Educação Infantil.

Os dois textos a seguir, de duas colaboradoras portuguesas, demonstram que a formação dos profissionais exerce papel preponderante em relação a concepção e prática de avaliação no campo da Educação Infantil.

No artigo “Avaliação da qualidade em creche: o bem-estar e o envolvimento da criança como processos centrais”, Sara Barros Araújo nos oferece uma proposta de avaliação da qualidade em que o bem-estar e envolvimento da criança são reconhecidos como processos catalisadores da tarefa da formação e investigação. O estudo desenvolvido em Portugal centra-se na formação de profissionais orientada para a melhoria das práticas, com base na experimentação refletida de referenciais pedagógicos específicos para a creche.

Cristina Mesquita nos brinda com o texto “Aprender a documentar a voz e as aprendizagens das crianças”. Trata-se de estudo de caso relacionado com o Projecto Effective Early Learning/DQP que utilizou a investigação-ação como metodologia. Dedicou-se aos processos de observação e avaliação da aprendizagem das crianças na realidade portuguesa com a finalidade de que as educadoras construíssem uma compreensão conceitual destas dimensões bem como aprendessem a utilização de instrumentos que permitam evidenciar as aprendizagens das crianças. A formação em contexto dos participantes foi assumida numa perspectiva ecológica reconhecendo-se que existe uma interconexão entre o desenvolvimento profissional e o desenvolvimento curricular. Segundo a autora informa o quadro de referência para a transformação praxiológica foi a Pedagogia da Infância que valoriza a voz da criança, a sua competência participativa e a emergência de um currículo socialmente situado.

Os artigos que compõem o conjunto de textos de fluxo contínuo apresentam valiosa oportunidade de adentrarmos um pouco mais na temática escolhida para esse dossiê temático, além de dispor de outros temas atuais de estudo na área de educação.

Dalila Lino apresenta o texto “A qualidade do contexto na educação de infância perspectivada através da escolha e do envolvimento da criança” para relatar o estudo realizado em três salas de educação pré-escolar da rede pública portuguesa que envolveu 48 crianças e três educadoras de infância cujo objetivo foi avaliar e promover o desenvolvimento de um currículo para a educação de infância que promova a competência da escolha e tomada de decisão das crianças em idade pré-escolar. A metodologia usada foi o estudo de caso de natureza qualitativa e os dados foram recolhidos através da ‘Escala do Envolvimento’ e da análise das planificações das educadoras. A análise dos dados sustentada nas teorias e

abordagens pedagógicas de Dewey, Freinet, Malaguzzi e Weikart sugerem que existe uma relação entre a competência da escolha e tomada de decisão das crianças e o seu envolvimento nas atividades, quer nas atividades autoiniciadas quer nas atividades propostas pelas educadoras.

Ana Paula Faria e Lais Helena Bessler desenvolveram no texto “A avaliação na Educação Infantil: fundamentos, instrumentos e práticas pedagógicas” reflexões em torno dos fundamentos, instrumentos e práticas acerca da avaliação pedagógica no âmbito da Educação Infantil. A pesquisa analisou que o processo avaliativo realizado em sala de aula deve ser entendido como elemento essencial do planejamento docente, por revelar as principais necessidades e avanços dos alunos, nas suas relações com o ensino e a aprendizagem.

Isabel Piscalho e Ana Margarida Veiga Simão nos apresentam o texto sob o título “Promoção da autorregulação da aprendizagem das crianças: narrativas dos docentes a partir de um instrumento de apoio à prática pedagógica” para relatar estudo em que se analisaram as perspectivas de investigadores, educadores de infância e professores portugueses do 1º ciclo do ensino básico com o objetivo de estudar estratégias de suporte que proporcionem oportunidades efetivas e essenciais ao desenvolvimento de competências de autorregulação nas crianças dos 5 aos 7 anos.

Renata Weffort Almeida propôs o texto “Avaliação escolar, Educação Infantil e linguagem: análise das avaliações produzidas nas escolas”, e nele aborda pesquisa realizada em duas escolas de Educação Infantil, uma pública da rede municipal de São Paulo e uma privada do mesmo município com o objetivo discutir como as crianças são avaliadas, quanto aos meios e critérios adotados, no que se refere à linguagem.

Rosângela Aparecida Galdi da Silva introduz o tema da profissionalidade docente a partir da função dos professores Educação Infantil por meio do texto “A profissionalidade dos professores de educação infantil e a função de cuidar-educar as crianças”. O objetivo foi investigar a relação existente entre a função de cuidar-educar, as crianças pequenas e o desenvolvimento da profissionalidade de seus professores.

Mari Clair Moro Nascimento e Raquel Lazzari Leite Barbosa apresentam o texto “Formação inicial docente: o estágio como espaço de aprendizagens” que traz um estudo que buscou entender como o supervisor de estágio curricular de um curso de Pedagogia de uma universidade pública, situada no Estado do Paraná, pode atuar para que este momento

seja de aprendizagens valorosas para o futuro docente tendo em vista a sua atuação para a ampliação do conhecimento dos alunos.

Bruno Marini Bruneri e Ana Lucia Espíndola resgatam na trajetória histórica da alfabetização brasileira, o pensamento e as contribuições do professor escolanovista Lourenço Filho e organizam o artigo “Ordem, progresso e alfabetização! Lourenço Filho e o ensino da leitura e escrita”, buscando compreender de que forma o pensamento desse autor ainda marca algumas concepções de alfabetização vigentes. Apresentam um ensaio reflexivo sobre duas cartilhas que predominaram por mais de meio século no cenário educacional do país.

No artigo “Atendimento educacional às dificuldades de aprendizagem na leitura e escrita na rede estadual do Paraná”, Maria Lídia Sica Szymanski e Dinora de Godoy Elias oferecem ao leitor a análise de alguns aspectos das instruções normativas relativos ao atendimento promovido pelas Salas de Apoio à Aprendizagem de Língua Portuguesa e também pelas Salas de Recursos Multifuncionais - Tipo I. Com base nos conceitos fundamentais da Psicologia Histórico-Cultural, discutem as proposições legais para o apoio aos alunos com dificuldades de aprendizagem na leitura e na escrita, nos anos finais do Ensino Fundamental da rede pública estadual paranaense e apontam progressos, fragilidades e possibilidades na oferta desse atendimento.

Vanessa Fagionato Vicentin e Maria Isabel da Silva Leme nos proporcionam o texto “Resolução de conflitos e problemas de abuso paterno do álcool” para tratar do estudo que analisou o impacto do alcoolismo parental sobre a resolução de conflitos por adolescentes. A amostra foi composta por 84 estudantes de Ensino Fundamental e Médio de uma escola pública de nível socioeconômico baixo, com idades entre 12 e 16 anos e, divididos em dois grupos: 42 filhos de pais com problemas de álcool e 42 participantes que não se enquadravam nesse grupo.

Para concluir o presente dossiê temático contamos com duas obras resenhadas. Amélia de Jesus Marchão apresenta o livro “Fundamentos e práticas da avaliação na Educação Infantil”, enquanto Rafael Rossi resenha a obra “O conceito de dialética em Lukács”.

Para concluir, ressaltamos que o objetivo ao nomear a temática da avaliação na educação infantil para o número que encerra o ano de 2014 foi provocar o juízo crítico à abordagem que reduz a avaliação na educação infantil ao uso de testes padronizados e padronizantes. Além disso, dimensionar a necessidade da formação dos profissionais e ofertar

possibilidades de avaliação coerentes à prática pedagógica consoante a evolução no conceito de educação da infância.

Boa leitura!

Célia Maria Guimarães¹
Maria João Cardona²
(Organizadoras)

¹ Professora Doutora do Departamento de Educação e Programa de Pós-graduação em Educação da FCT/UNESP, campus de Presidente Prudente.

² Professora do Doutora da ESE/Instituto Politécnico de Santarém – Santarém-Portugal